

Olha cá, isto é contigo!

Olha cá, isto é contigo, que quando nasceste já neste país português havia uma coisa que bem custou a conquistar: a Liberdade. E tão bem foi que parece que sempre houve! Mas não foi assim, para poderes ser hoje uma pessoa livre, houve muita gente que lutou contra aqueles que arbitrariamente mandavam em Portugal. Antes do 25 de Abril, do 25 de Abril do recuado ano de 1974, havia um governo que, através da censura aos jornais, à rádio e à televisão fazia com que as pessoas andassem mal informadas sobre o que passava cá e no mundo. Por isso, clandestinamente se iam sabendo as coisas, se lutava, as pessoas indignavam-se e faziam o que podiam para derrubar o governo, o que até nem foi coisa fácil. É que, além da censura, havia uma polícia secreta de torcionários, legionários, funcionários, informadores políticos, mais polícias. Os jovens portugueses eram obrigados a ir para uma guerra injusta, contra a libertação dos povos das colónias, na África. Aí se sacrificaram de 1961 a 1974, com milhares de mortos e feridos, tantos destes deficientes para o resto das suas vidas.

Por fim, aconteceu a Revolução do 25 de Abril, com as alegrias e algumas contrariedades dos saudosos das sombras, que os havia, E chegou o ano de 1975, aquele que o nosso Jorge Sarabando se propõe tirar do armário do esquecimento. Para que saibas. E muitos não se esqueçam. E mostrar-nos o Porto como seu cenário mais vivo. Ora eu vivi nesse cenário, nesse palco, nesse teatro de operações.

Nas vésperas desse ano de 1975 nasceram uns cartazes sinistros com um rosto a traço grosso, que representava uma suposta maioria silenciosa, que assistiria à Revolução sem tugir nem mugir e o Homem do Monóculo pretendia liderar contra o Processo Revolucionário em Curso! Do 28 de Setembro de 1974, um caminho de pedras até ao 11 de Março de 1975, o ELP e outras forças reaccionárias integrando legionários dos tempos da outra senhora. Gunther Walraff, um jornalista alemão, armaria uma cilada para apanhar Spínola com a boca na botija! E revelaria que o general, afinal, não era nenhum cordeiro, mas sim o Lobo Mau!

A contra-revolução fracassou, reforçou-se o PREC. E cresceu a raiva dos que ainda não tinham mostrado os dentes, dos que se haviam reservado e se aplicaram com saber e método no 25 de Novembro deste mesmo ano de 1975. Os centros de trabalho do PCP e de outras forças de Esquerda foram sistematicamente assaltados, a ponto de já quase não constituírem notícia. Recordo as palavras de um comandante de posto da GNR respondendo a pergunta se tinha havido novidades durante a noite: *Não, senhor, só assaltaram o centro aqui dos comunistas, mas decorreu na maior ordem. Os que lá estavam foram-se embora e os que assaltaram queimaram tudo. Não houve feridos nem nada.*

Pois, cantaram. Cantaram o Adriano, o Zeca, o Manuel Freire, tantos mais. Álvaro Cunhal falava em *confiança*, não em *esperança*. É diferente, pensem bem. Debaixo da varanda do *Diário de Notícias*, hordas gritavam que o jornal era do Povo e não de Moscovo! Eu tinha a mesma ideia, mas aquela multidão dava-lhe uma interpretação bem diversa da minha, enquanto responsável que eu era pelo *DN* no Porto!

Vasco Gonçalves primeiro-ministro do III Governo Provisório. As campanhas de dinamização Cultural. As fotografias do Carlos Gil do 11 de Março. A noite passada na Ponte da Arrábida atentos no controlo dos contra-revolucionários. O IV Governo Provisório que vai quase do fim de Março até ao início de Agosto, ainda chefiado por Vasco Gonçalves. Os grandes murais da Revolução. As nacionalizações da banca – sabes o que foi? Pergunta, pergunta! Vais ouvir cada resposta! É então que se forma o Conselho da Revolução, presidido pelo general Costa Gomes. Finalmente perfila-se a via portuguesa para o socialismo e é assinada uma plataforma constitucional entre os partidos e o Movimento das Forças Armadas. A 25 de Abril e as primeiras eleições em liberdade para a Assembleia Constituinte. A Reforma Agrária, e esta o que te diz? *A terra a quem a trabalha!*

Aparece o Documento dos Nove em 7 de Agosto de 1975 a querer pôr água na fervura revolucionária! O V Governo Provisório toma posse, mas dura pouco mais de um mês. É a vez do VI Governo Provisório, à frente do qual aparece Pinheiro de Azevedo, o tal que não teve dúvidas de mandar o povo àquela parte quando se fartou de o aturar! Há preconceitos de classe que não demoram a vir ao de cima.

Estamos no Outono da Revolução, o 25 de Novembro, a anunciação daquilo a que agora chegámos. Trabalhavam os carpinteiros do ataúde. Mas, apesar de tudo, ganhámos a Liberdade. E com ela lutámos, apesar de tudo. Por ela lutamos.

Daí, é de agradecer com um grande abraço este livro-memória e bandeira ao Jorge Sarabando, cidadão exemplar, cuja vida cívica vem de antes do 25 de Abril, dos tempos da outra senhora. Leiam-no com atenção que as suas palavras são da cor dos ventos mais calorosos.

José Viale Moutinho

Uma revolução inacabada

Onde os privilégios económicos subsistem, os direitos políticos não se enraízam e podem ser coartados.

Mário Sacramento

Sabemos: a História não é neutra. Os factos são objectivos, mas podem ser omitidos ou alterados, empolados ou diminuídos.

Os juízos sobre os factos, muitas vezes contraditórios ou mesmo antagónicos, são em regra condicionados pela ideologia dominante, e esta é a da classe dominante.

Questão é que sem memória não há futuro. Por isso, aprofundar o conhecimento do passado, lutar pela verdade histórica, é indispensável para compreender o presente e preparar o devir.

O discurso hegemónico sobre o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril tem sido, não o dos que operaram as conquistas democráticas mais tarde inscritas na Constituição – o MFA e o movimento popular –, mas o daqueles que se lhes opuseram.

Deste modo, muitos dos que mais decididamente enfrentaram os golpes de Palma Carlos, do 28 de Setembro, do 11 de Março e a escalada de violência que se lhes seguiu (acções que visavam a instauração de uma nova Ditadura), bem como os frustrados golpes neocolonialistas em Moçambique e em Angola, os que lutaram pelo cumprimento integral do Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), esses ficaram como réus, na narrativa prevalecente.

A via do “homem providencial”

Sem cair em paralelismos, que em geral empobrecem a visão da História na sua complexidade, é útil anotar, no entanto, esta característica singular: a direita em Portugal (como em outros países e épocas, de que são exemplos a Espanha republicana, a ascensão dos fascismos na década de 30 ou o Chile de Allende) promove a desordem para depois surgir, de asas brancas e espada justiceira, a repor

a ordem, nas ruas e nos espíritos. Desacredita a política e os políticos em geral, para incensar alguns e depois escolher um deles como homem providencial.

Já Sidónio Pais, ao vencer o sangrento golpe de Dezembro de 1917, financiado por latifundiários alentejanos¹, declarava: “Venceu a República, contra a demagogia”, tendo em vista “restaurar a justiça e o império da lei”. Fez-se eleger 5 meses depois Presidente da República, numa eleição sem opositores. Era a República Nova.

Em 28 de Maio de 1926, muitos dos seus protagonistas, como o Almirante Mendes Cabeçadas e o General Gomes da Costa, que foram Chefes de Estado por escassas semanas, parecia acreditarem sinceramente que iam salvar a República. A Ditadura durou, como sabemos, 48 anos. A escolha dos conspiradores era outra, era o General Carmona, igualmente eleito Presidente da República, numa eleição sem opositores, em Março de 1928. As suas decisões foram determinantes para a nomeação e a consolidação de Salazar. Chegava o Estado Novo.

Três meses depois do 25 de Abril de 74, em Julho, o Primeiro-Ministro Adelino da Palma Carlos propôs o adiamento das eleições constituintes, ”até Novembro de 76”, e uma lei constitucional provisória, a referendar ”até ao mês de Outubro”, em simultâneo com a eleição do Presidente da República, que seria Chefe das Forças Armadas e teria o poder de nomear e demitir o Primeiro-Ministro, o que implicava a extinção da Junta de Salvação Nacional e a dissolução do MFA. O candidato seria o Presidente Spínola, com vitória assegurada, claro, e que parecia estar já em campanha eleitoral ao percorrer o País, em visita às Unidades militares, com discursos inflamados sobre o caos, a “terra queimada” e inveitando os ”falsos portugueses”. Era um verdadeiro golpe para instaurar um regime presidencialista e autoritário, que condicionaria as escolhas democráticas do povo português. No entanto, a proposta não passou no Conselho de Estado, e no Conselho de Ministros teve apenas os votos de Sá Carneiro (PPD), Firmino Miguel (militar), Vieira de Almeida (independente) e Raul Rego (PS).²

Do homem providencial à “salvação da Liberdade”

A correlação de forças ficou, então, incerta, e por isso a direita, novamente contida no limite alguns meses depois, em 28 de Setembro,

quando ensaiou um levantamento nacional da "maioria silenciosa", e em 11 de Março, quando intentou um Golpe militar, deixou cair a carta de um Presidente resgatador da dignidade da Pátria, com laivos de *condottiere*, para introduzir, mais incisivamente, o discurso da defesa da liberdade ameaçada e da reposição do "espírito do 25 de Abril".

Foi este o tónus do discurso dominante que viria a atravessar as convulsões que incendiaram o País no "verão quente". Foi já este o tema presente nas explicações dadas por Spínola e os militares em fuga depois do insucesso do golpe de 11 de Março. Um dos golpistas da GNR, major Rosa Garoupa, teve tempo de dizer à imprensa que a acção se destinava a "repor a pureza do MFA"³.

Esta consigna tinha um enorme alcance estratégico, bem visível nos meses seguintes.

Na impossibilidade de extinguir ou dissolver o MFA, o caminho para a direita passou a ser o de aprofundar as fracturas já detectáveis na vasta frente social e política que o apoiava.

O resultado das eleições constituintes, realizadas em 25 de Abril de 1975, ofereceu a oportunidade tão esperada. Embora a finalidade fosse a de formar uma Assembleia para elaborar a Constituição da República, caso o Partido mais votado, o PS, se aliasse aos partidos da direita, PPD e CDS, estaria criada a base política maioritária, ainda que com uma legitimidade democrática abusivamente invocada, para travar o processo revolucionário. O PS optou, de facto, por se entender com os partidos e outras forças de direita.

25 de Abril – Golpe ou Revolução?

Portugal viveu durante 48 anos sob um Regime ditatorial, gerador de pobreza, desigualdades e subdesenvolvimento, em que eram negados os mais elementares direitos cívicos, defendido por um forte aparelho repressivo, em que o poder político estava ao serviço do poder económico e financeiro. A férrea autoridade do Estado protegia a exploração do trabalho, a acumulação dos privilégios e a dominação colonial.

Nas elites do Regime, sobretudo depois da morte de Salazar, foi-se ampliando a ideia de que era necessário iniciar uma, ainda que

muito limitada, abertura política e reduzir as operações militares em África, através de soluções gradativas que permitissem assegurar o controlo da situação.

O dilema era, pois, seguir a opção de “alguma coisa mudar para tudo continuar na mesma”, na conhecida expressão de Lampedusa, ou a de evitar qualquer cedência por mínima que fosse, sob risco de o Regime se desmoronar, e foi esta a linha adoptada por Marcelo Caetano, depois dalguma retórica liberalizante com que iniciou o seu mandato. De facto, continuou a censura, a repressão policial e a guerra.

Tido como inevitável, o 25 de Abril seria tolerável para os círculos liberais que se iam distanciando do Governo de Marcelo Caetano, se ficasse por um Golpe de Estado, como se fora um render da guarda no alto comando do poder político. Mas, face à envergadura da acção militar e da envolvente de massas, algumas mudanças se teriam de aceitar, para além da rotação dos protagonistas, para preservar o essencial, e o essencial era o sistema capitalista e um Governo revestido de autoridade que o servisse, e o controlo colonial.

Os primeiros momentos da Revolução pareciam confirmar a possibilidade de um tal enquadramento. Embora cercado no Quartel do Carmo, Marcelo Caetano chamou Spínola para lhe “transmitir os poderes”. Investido das funções de Chefe do Estado e Presidente da Junta de Salvação Nacional, aceite pelo MFA, apesar de condicionado pelo cumprimento do seu Programa, Spínola, que já antes tinha imposto algumas alterações ao texto inicial que lhe fora apresentado, começou por recusar a libertação de todos os presos políticos e a existência de partidos, que deveriam, por enquanto, tomar a forma de associações. Da independência das colónias não se falava. Ao mesmo tempo, Spínola mantinha ligação à PIDE/DGS, visando mantê-la, em cuja sede o seu homem de mão, Comandante Alpoim Calvão, apareceu ao início do dia 25, conseguindo diferir o assalto por uma força de Marinha, para esse efeito destacada, o que deu à polícia política um tempo precioso.

O impasse durou poucos dias. Porque nem o MFA se dissolveu e perdeu a força militar, nem o impetuoso movimento popular que ocupou as ruas desde o primeiro momento se desmobilizou. As prisões e sedes da PIDE, bem como as instalações da Legião, da Censura e de outras instituições odiadas do Regime foram ocupadas

pelos militares e depois invadidas por pequenas multidões, ávidas de conhecer as entranhas da máquina da repressão fascista. Os presos políticos acabaram por ser todos libertados e os partidos políticos saíram da clandestinidade para a luz do dia.

Revolução, não Golpe

Milhões de portugueses vieram para a rua no primeiro 1.º de Maio em liberdade, sem medo, vitoriando as Forças Armadas e escrevendo em panos e cartazes artesanais as reivindicações de décadas de luta.

Valerá a pena recordar uma curiosa legenda numa Exposição evocativa do Presidente Manuel Teixeira Gomes, no Museu de Portimão: “em 4 de Outubro (1910) não havia republicanos em Portimão, em 6 de Outubro não havia monárquicos em Portimão”. Passe a caricatura, em Maio de 74 parecia haver só antifascistas em Portugal. Mesmo conhecidos banqueiros e grandes empresários exprimiam a sua benevolência, ou no mínimo condescendência, face aos acontecimentos.

Mas as aspirações de liberdade, emancipação e melhores condições de vida eram genuínas e autênticas, e partilhadas pela grande maioria do povo português. A convicção de que a alternativa era o socialismo, ainda que em concepções difusas, era assumida apenas por uma vanguarda. Mais tarde, no entanto, o socialismo passou a ser o objectivo declarado do MFA e da maioria dos partidos constituintes, que o inscreveram no Preâmbulo da Constituição, onde ainda hoje figura.

O cenário de golpe de Estado como um “render da guarda” estava ultrapassado, e o processo revolucionário pela democracia, a paz em África, o socialismo, dava os seus primeiros passos.

A originalidade da Revolução de Abril

A Revolução do 25 de Abril abalou a Europa e o mundo, e impulsou uma viragem histórica que ajudou a derrubar Ditaduras, libertou povos e criou novos Países independentes.

Foi uma Revolução rara nas suas características e a última na Europa do Século XX. Rara pela comunhão entre o Povo e as suas

Forças Armadas, rara por serem poucos os tiros disparados e os cravos florescerem nas espingardas, rara por uma guerra longa de 13 anos ter acabado, no terreno e nos palcos oficiais, por um abraço fraternal entre os combatentes. Última na Europa porque não voltou a haver, desde então, um levantamento popular e militar tão verdadeiro, nas raízes e nos frutos, que tenha tomado como objectivo romper com uma Ditadura e erguer em seu lugar uma Democracia, em que os direitos políticos, económicos, sociais e culturais fossem inseparáveis, no rumo do socialismo.

O processo revolucionário, iniciado em 25 de Abril de 1974, terminou em 2 de Abril de 1976, data em que o Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, decidiu promulgar a Constituição sem delongas e para isso se dirigiu à Assembleia Constituinte, pondo termo a um período, ainda pouco estudado, de incertezas, golpes frustrados, conspirações mal sucedidas e a pressão permanente da violência da rede bombista.

Meio ano antes acontecera o 25 de Novembro, cuja gestação e desenlace no Porto e norte do País iremos acompanhar neste livro, e que significou a divisão consumada do MFA. Assim chegava ao fim o tempo da aliança Povo-MFA e das mais férteis conquistas da Revolução.

A acção contra-revolucionária

A partir do 28 de Setembro, quando Francisco da Costa Gomes substituiu Spínola no cargo de Presidente da República, depois da sua demissão em directo pela televisão, num inédito “reality show”, a Direita, como expressão política e doutrinária dos interesses do poder económico e financeiro, perdeu o pé e entrou em pânico.

Tinham ficado a descoberto, de modo iniludível, as vias de financiamento pela Banca privada de organizações comprometidas no golpe contra-revolucionário⁴.

Sem ter perdido o poder fáctico, o grande capital monopolista deixou de dispor de um ponto de apoio seguro em qualquer um dos órgãos de decisão civis ou militares – Presidência da República, Conselho de Estado, Governo, Estado-Maior General das Forças Armadas, comandos militares com destaque para o COPCON, órgãos do MFA.

A sabotagem económica, a descapitalização de empresas, a exportação ilegal de bens, a fuga de capitais, aumentaram então exponencialmente, obrigando o Governo a tomar medidas, que tiveram só relativa eficácia.⁵

No dobrar do ano foi anunciada, entretanto, a chegada a Portugal do novo embaixador dos Estados Unidos, Frank Carlucci, diplomata com larga experiência na contenção e reversão de processos revolucionários, na América Latina e em África. Os serviços secretos franceses, britânicos e alemães, além dos espanhóis, confluíram, então, no mesmo propósito de travar e eliminar o que representava uma ameaça comum.

A estratégia delineada, sem nada de inteiramente novo que já não houvesse sido experimentado em outros teatros de operações, foi adaptada às circunstâncias, às forças em presença e ao perfil dos actores no terreno. Eram suas componentes essenciais: captar apoios militares, dividir o MFA e o movimento popular, impedir a coordenação dos centros de decisão, promover a sabotagem económica e a fuga de capitais, utilizar a chantagem económica e militar internacional, financiar organizações patronais e sindicais divisionistas, controlar a comunicação social, incentivar a instabilidade e o descrédito das instituições no quadro de uma escalada de insegurança e tensão. Em pano de fundo, a “defesa da liberdade”, supostamente ameaçada.

O que aconteceu em 1975 foi o aprofundamento e intensificação do processo que estava já em andamento desde os primeiros meses seguintes ao 25 de Abril: greves com reivindicações irrealistas em sectores de grande impacto público como as comunicações e os abastecimentos, greves aos exames impondo as “passagens administrativas”, ocupações selvagens, tudo servia para ilustrar o que Spínola designava por “terra queimada”. Era necessário à Direita, para formar uma aliança política capaz de travar o curso dos acontecimentos, reduzir a base social de apoio da Revolução, deste modo afastando as camadas intermédias e as faixas mais conservadoras da população em relação às classes trabalhadoras.

A acção dos aventureiros esquerdistas, com destaque para os maoístas, entre os quais havia provocadores que o tempo ajudou a identificar, exacerbando conflitos, usando uma linguagem agressiva, criando a imagem de “caos” e descrédito das instituições, servia bem

esta estratégia. O que nada tem a ver com a radicalidade de um tempo histórico em que o povo, durante décadas oprimido, descobria os caminhos da sua libertação.

Para recuperar o seu poder e privilégios, a Direita, com forte apoio externo, dispunha-se a empregar todos os meios necessários. Financiava a desordem com uma das mãos, para reclamar a ordem com a outra.

A onda de violência que, nos meses seguintes ao falhado golpe de 11 de Março, abalou o norte e o centro do País, e as Ilhas, com atentados bombistas, assaltos a instalações de Partidos de esquerda e de Sindicatos, e agressões físicas, executados pelo ELP (Exército de Libertação de Portugal), MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal), Rede Maria da Fonte e congéneres, dá-nos a ideia da vindicta de sangue e destruição concebida pelos seus autores morais.

O processo revolucionário seguiu o seu curso

No entanto, enfrentando os poderosos meios mobilizados e a ingêrvencia externa, a Revolução seguiu o seu curso: importantes conquistas laborais foram alcançadas, deram-se passos na lei pela igualdade de direitos, a economia continuou a funcionar apesar de todos os boicotes, os trabalhadores e o Estado asseguraram a sobrevivência das empresas abandonadas ou sabotadas, a Banca e os sectores estratégicos foram nacionalizados com um amplo consenso, criaram-se as condições de acesso generalizado à Saúde, à Educação, à Justiça, à Segurança Social, à Cultura, a uma habitação digna, instituiu-se o salário mínimo, realizou-se a Reforma Agrária, instituiu-se o controlo operário, lançaram-se os alicerces do Poder Local Democrático, promoveu-se a alfabetização, as condições de vida melhoraram, criou-se mais emprego e emprego com direitos.

Foi iniciado um processo de desenvolvimento bem sucedido, não capitalista, sem ter como base o grande capital monopolista e latifundiário, orientado apenas pela defesa dos interesses nacionais.

Ao mesmo tempo, foi efectuada a descolonização, em condições dramáticas resultantes de uma guerra injusta, com excepção de Timor, que só se tornou independente 25 anos depois. Mais de meio milhão de portugueses chegaram a Portugal, vindos das colónias africanas,

muitos dos quais sem qualquer recurso, mas ninguém ficou a dormir na rua, foram todos acolhidos e integrados. Uma parte, no entanto, inconformados e desesperados, viraram o seu ressentimento contra os governos de Abril e foram facilmente recrutados pelo ELP e pelo MDLP, participando como tropa de choque nos ataques aos Partidos de esquerda e nos atentados bombistas.

1975: o ano decisivo

O ano de 1975 foi o ano angular da Revolução.

Tempo de mudança de costumes e mentalidades, tempo de construção, de criatividade. Um vento de liberdade e emancipação chegava a todos os espaços por mais reservados e calafetados que parecessem. As pessoas descobriam dentro de si capacidades que nunca antes imaginaram e puderam experimentar. Erguia-se um País novo, mais livre e mais justo, com uma ampla participação popular. As leis, depois inscritas na Constituição, nasciam das ruas, sob o impulso de um imponente movimento popular, caldeado em lutas seculares por aspirações de justiça, que rompeu com cadeias de opressão e exploração, desigualdades afrontosas, cânones oficiosos e tutelas senhoriais.

No final do ano, uma missão da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), composta por três membros do Departamento de Economia do Massachusetts Institute of Technology(MIT), visitou Portugal. Considerou “a economia portuguesa surpreendentemente saudável”, e o seu “desempenho extremamente robusto”, considerando a crise internacional e as transformações internas.⁶

Os Governos de Vasco Gonçalves não tinham arruinado o País, nem as barras de ouro tinham desaparecido, como se dizia, a economia funcionava, havia um rumo, um projecto colectivo, original, sem dúvida, mas consistente.

Apesar do Pronunciamento de Tancos, em Setembro, que consumou a divisão do MFA, o 6.º Governo Provisório ainda prosseguiu as nacionalizações e legalizou ocupações de terras na Zona de Intervenção da Reforma Agrária, tal era a força do movimento popular.

Mas a correlação de forças tinha mudado e a esquerda militar, aliada segura nas grandes transformações que mudaram Portugal, foi vencida.

“*Estragaram a festa, pá*”, cantava o Chico Buarque do lado de lá do Atlântico, onde persistia uma cruenta Ditadura.⁷

O ano de 75 chegou ao fim, com um estranho tiroteio sobre familiares de militares acusados de envolvimento no 25 de Novembro, presos na cadeia de Custóias. Era um sinal do ocaso.

Promulgada a Constituição e realizadas as primeiras eleições legislativas, o 1.º Governo Constitucional, do PS/Mário Soares, empossado em Julho de 76, a que se seguiu novo Governo em coligação com o CDS, deu início ao que ficou conhecido como “processo de recuperação capitalista”. Poucos anos depois, em 1982, a mesma coligação informal do PS, PPD e CDS, que mobilizou meio país no “verão quente”, empreendeu a primeira das 7 Revisões Constitucionais.

Spínola, à frente do MDLP, a partir do estrangeiro, decretou o “cessar-fogo” a 29 de Abril de 1976, mas prosseguiu ainda a acção desestabilizadora e a rede terrorista realizou a sua última acção só em Abril de 1977.⁸

Durante dois anos, a História foi escrita com a força do povo, com audácia, lucidez, generosidade, entre dores e alegrias, tragédia e festa, e por isso nem tudo, nem o principal, conseguiram apagar. Os valores de Abril continuam de pé, na memória, na matriz legal e na acção de hoje.

Na memória: revisitemos, então, o já distante ano de 1975.

NOTAS

- 1 Alice Samara, *Presidentes de Portugal*, Museu da Presidência da República, Lisboa, 2006; *Público*, 24/8/2014.
- 2 Álvaro Cunhal, *A verdade e a mentira na Revolução de Abril*, Edições Avante, Lisboa 1999. (pág.138)
- 3 *O Comércio do Porto*, (CP), 14/3/1975.
- 4 Pedro Jorge Castro, *O ataque aos milionários* (Parte III), A Esfera dos Livros, Lisboa, 2014.
- 5 *Idem*.
- 6 Vasco Gonçalves, *No 30.º aniversário do 25 de Abril*, Campo das Letras, Porto, 2004. Um dos membros da missão, Paul Krugman, foi distinguido em 2008 com o Prémio Nobel de Economia.
- 7 Wagner Homem, *Chico Buarque*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2009. Canção de 1975, reescrita em 1978, de que se transcrevem estas duas estrofes:

<i>Foi bonita a festa, pá</i>	<i>Já murcharam tua festa, pá</i>
<i>Fiquei contente</i>	<i>Mas certamente</i>
<i>E inda guardo, renitente</i>	<i>Esqueceram uma semente</i>
<i>Um velho cravo para mim</i>	<i>Nalgum canto do jardim</i>

- 8 Spínola voltaria mais tarde a Portugal. Foi reintegrado nas Forças Armadas e elevado ao posto de Marechal. Sob a égide de Mário Soares, já Presidente da República, foi condecorado com a Ordem da Torre e Espada e nomeado Chanceler das Ordens Honoríficas. Em 5 de Julho de 2023 foi condecorado, por proposta de Vasco Lourenço, com a Ordem da Liberdade, sendo Presidente da República Marcelo Rebelo da Sousa. Francisco da Costa Gomes foi, na mesma altura, promovido a Marechal. Mas o bastão foi-lhe entregue pelos seus camaradas militares do MFA, reunidos na Associação 25 de Abril, numa memorável sessão realizada no Pavilhão dos Desportos. Dos mandantes e operacionais da rede bombista, poucos foram os efectivamente presos e condenados. Escasso tempo permaneceram na cadeia face à gravidade dos seus actos.

A propósito do livro

O 25 DE NOVEMBRO A NORTE, *o processo revolucionário no ano de 1975*

O livro do Jorge Sarabando é um impressivo registo síncrono do ano de 1975 em que a base do sincronismo é o calendário. Para quem como eu viveu esse tempo, é um registo que faz regressar à flor da pele as emoções e sentires vivenciados com o que se passou em Portugal de 25 de abril de 1974 até à tomada de posse do 1º Governo Constitucional (Abril de 1976). A obra está focada nos acontecimentos a Norte, no ano de 1975. Trata-se de uma viagem a um ritmo acelerado, condensada em menos de duas centenas de páginas e a que a síntese cronológica do Autor confere particular poder de encapsulamento já que em menos de 4 páginas condensa metade do período mais rico da nossa História contemporânea. Riqueza vertida nas incontáveis medidas dos Governos Provisórios que acolheram realizações e reivindicações das populações, dos trabalhadores e das suas organizações em contraponto com as iniciativas mais relevantes daqueles que viram os seus privilégios atingidos.

Sendo eu natural de Bragança, por esse tempo a residir em Matosinhos e mais tarde no Porto, senti ao ler a obra o retornar das sensações vividas aquando da minha participação em várias das ações populares aqui referidas. Foram tempos vividos vertiginosamente. Vivia-se uma Revolução, todos queriam ser agentes de transformação. As forças anti Abril não perderam tempo a organizar-se e agir.

Sendo estudante sei bem o que foi a ação dos esquerdistas. Recordo-me de, no dia 11 de março de 75, ir a entrar na cantina universitária (junto ao Hospital de Santo António) e ser confrontado com a cena de um estudante maoísta a discursar aos restantes exigindo “Cunhal deve ir para a prisão”. Não tive que fazer grande esforço para correr com ele do púlpito. Como contrapartida ganhei direito a ser mencionado na Rádio Renascença com o epíteto de social fascista

e a acusação de andar armado. Desculpem a deriva, retornemos ao Livro e ao que o Autor nos traz para avivar a memória, numa escrita que sugere um ritmo célere de leitura e onde o tédio não tem espaço, nem mesmo para aqueles que não viveram esses tempos mas sobre eles querem ficar a saber.

Não posso deixar de referir que o Autor nos deixa uma síntese do Processo Revolucionário em Curso (PREC) que o resume bem. “Uma Revolução Inacabada” constitui um excelente capítulo de abertura.

Como o Jorge Sarabando escreve o discurso sobre o PREC procura ser hegemonizado pelos inimigos de Abril, nesse tempo travestidos de anti fascistas, todos apóstolos da democracia e do socialismo, hoje fundamentalistas da economia de mercado e da livre iniciativa. Foram dois anos que ninguém conseguirá apagar da nossa História e quem os viveu tem o dever de dar o seu contributo para o seu registo duradouro. Deixo aqui o meu modesto agradecimento ao Autor pelo seu contributo.

O Processo Contra Revolucionário em que o 25 de Novembro de 1975 se insere tem conduzido Portugal e os seus cidadãos a uma crescente falta de sintonia entre o que é a razão de ser do Estado democrático e a satisfação dos direitos humanos dos portugueses. Vão longe os tempos em que a legislação produzida protegia os trabalhadores, os reformados e pensionistas e defendia a economia produtiva (assim foi no tempo do PREC). Vivemos tempos em que os poderes económicos se apoderaram da direção do Estado para aumentarem a concentração da riqueza em cada vez menos cidadãos e onde as necessidades do cidadão são encaradas como oportunidades de negócio. Ao invés da prioridade ser dada à satisfação dessas necessidades, o lucro dita as soluções a adotar.

O Autor centrou a sua reflexão e pesquisa sobre o que se passou no Norte (área correspondente à Região Militar do Norte). Recorda-nos o que foi o trabalho inexcedível do Brigadeiro Corvacho de investigação e denúncia dos inimigos de Abril (páginas 51 e 52). Os inimigos de Abril nunca lhe perdoaram mas ficamos-lhe a dever a verdade histórica desse tempo. Ninguém pode apagar o que foram

as origens, ações e os protagonistas criminosos que elegeram como alvo gente inocente.

Jorge Sarabando elucida e dá o devido destaque (páginas 75 a 77) a (...) “uma das mais prodigiosas singularidades do Processo Revolucionário português” (...) a marcha da cruzada anticomunista liderada pelo PS albergando toda a direita, concomitante com (...) “a violência organizada dos saudosos do Império e da velha ordem, dispostos a tudo” (...) não foi capaz de sustar a elaboração e aprovação da (...) “Constituição mais avançada de toda a Europa”. Uma Constituição cujo texto ficou ancorado nas conquistas alcançadas pelos poderosos movimentos popular e dos trabalhadores e suas organizações.

Era incontornável que nesse tempo merecesse destaque a ação (...) “dos Governos, sobretudo dos presididos por Vasco Gonçalves” (...). Como é incontornável que, apesar de a citação ser longa a destaque, (...) “apesar de todos os conflitos, os principais Partidos, representados na Assembleia, se consideravam vinculados ao objectivo de construção do socialismo, pelos compromissos assumidos com o MFA e o Pacto assinado, e a opinião pública dominante não dava, no momento, qualquer margem para uma mudança de rumo. Como diria um dirigente histórico do PSD (então PPD), o advogado portuense Miguel Veiga, em entrevista publicada recentemente, num arroubo de sinceridade:

“Jornalista – O próprio PPD tinha no seu programa a palavra ‘socialismo’.

Miguel Veiga – Era a fruta da época e quem não a comesse não ia a sítio nenhum (...).”

Em contraponto, no mês de junho de 1975 era (...) “fixado o salário mínimo em 4 mil escudos e o salário máximo em 12 mil escudos, e é criado o subsídio de férias para o pessoal militar e militarizado. É também criada a empresa pública Rodoviária Nacional, para integrar as empresas nacionalizadas do ramo.”

Hoje, na qualidade de Presidente da Associação das Conquistas da Revolução, assinalo que a defesa da Constituição e a ação para pugnar pelo seu respeito e cumprimento assume a centralidade que lhe advém de ser a conquista das Conquistas da Revolução.

A luta é contínua e continua!
Obrigado ao Jorge Sarabando
Saudações de Abril

Jorge Aires
Major-General
11 de setembro de 2025

Índice

5 Prólogo, de *José Viale Moutinho*
9 Uma revolução inacabada

21 *Janeiro*
A Revolução anda nas ruas

31 *Fevereiro*
Nasce a Reforma Agrária

45 *Março*
Golpistas vencidos, a Revolução avança

55 *Abril*
Votos mil pelo Socialismo

63 *Maio*
Sinais de fogo

73 *Junho*
Constituinte toma posse. Começa o “verão quente”

83 *Julho*
O povo não põe bombas nem assalta casas

97 *Agosto*
Vasco e Corvacho os alvos a atingir

111 *Setembro*
MFA em Tancos – divisão consumada

121 *Outubro*
Luta CICAP-RASP: Pires Veloso contestado

133 *Novembro e Dezembro*
O processo revolucionário aproxima-se do fim

153	Palavras finais
163	Posfácio, de <i>Jorge Aires</i>
167	Anexos
191	Síntese cronológica
195	Obras e fontes consultadas
199	Algumas siglas
205	Oficiais do Exército que intervieram na preparação e execução da acção libertadora do 25 de Abril na Região Militar do Porto
207	Composição dos Governos em funções no ano de 1975
217	Composição do Conselho da Revolução nas suas 3 fases
219	Imagens
229	Agradecimentos